REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

“DOMANDO O LEÃO” E A FORMAÇÃO CONTÁBIL NA UEA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO EM IRPF E ATENDIMENTO À COMUNIDADE

“TAMING THE LION” AND ACCOUNTING EDUCATION AT AMAZONAS STATE UNIVERSITY, BRAZIL: AN EXPERIENCE REPORT ON INDIVIDUAL INCOME TAX TRAINING AND COMMUNITY ASSISTANCE

Ciências Sociais Aplicadas • 18/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794739054

Juliano Milton Kruger[1]

RESUMO

Este artigo analisa as contribuições do projeto Domando o Leão para a formação de estudantes de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas e para a oferta de orientação sobre o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física à comunidade. A experiência compreendeu uma capacitação realizada entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026 e atendimentos vinculados ao IRPF 2026, ano-calendário 2025. O estudo caracteriza-se como relato de experiência de natureza aplicada, exploratório-descritivo e de abordagem mista, com procedimentos bibliográficos e documentais, organizado conforme Kruger (2023). A discussão contempla a formação teórico-prática, a mobilização dos conhecimentos e o atendimento à comunidade. Dos 132 participantes, 110 concluíram os dez módulos ofertados no Moodle, correspondendo a 83,3%. Dez estudantes foram selecionados para os plantões, que totalizaram 250 atendimentos. As médias de satisfação foram de 4,8 entre estudantes e de 4,5 entre atendidos, em escala de um a cinco. A experiência reuniu conhecimentos tributários, recursos digitais e oportunidades de prática, aproximando a formação acadêmica das demandas sociais. Conclui-se que a articulação entre capacitação e atendimento constitui uma estratégia para integrar a qualificação em IRPF à função social do curso de Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Imposto de renda pessoa física; formação contábil; extensão universitária; educação fiscal; capacitação profissional.

ABSTRACT

This article examines the contributions of the Domando o Leão project to Accounting students' education at Amazonas State University and to the provision of individual income tax guidance to the community. The experience comprised training held from November 2025 to February 2026 and assistance related to the 2026

tax return, concerning the 2025 calendar year. Following Kruger (2023), this applied, exploratory and descriptive experience report adopts a mixed approach supported by bibliographic and documentary procedures. The discussion addresses theoretical and practical training, opportunities to apply knowledge, and community assistance. Of 132 participants, 110 completed the ten Moodle modules, yielding an 83.3% completion rate. Ten students were selected for assistance sessions, which recorded 250 service encounters. Satisfaction averages were 4.8 among students and 4.5 among service users on a one-to-five scale. The experience brought together tax knowledge, digital resources and practical opportunities, connecting academic education with social demands. The study concludes that linking training and community assistance provides a strategy for integrating income tax education with the social role of undergraduate Accounting programs.
Keywords: Individual income tax; accounting education; university extension; tax education; professional training.

1. INTRODUÇÃO

O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) aproxima a tributação de situações cotidianas, como recebimento de salários, despesas familiares e constituição de patrimônio. Sua compreensão envolve distinguir incidência tributária, deveres de informação e documentação necessária. A competência da União para instituir imposto sobre renda e proventos está prevista na Constituição, que também estabelece generalidade, universalidade e progressividade como critérios orientadores dessa tributação (Brasil, 1988). Essa dimensão permite abordar o IRPF como conteúdo técnico e como tema de educação fiscal.

O cumprimento das obrigações relacionadas ao IRPF envolve interpretação normativa, organização documental e utilização de sistemas digitais. Gomes e Seixas (2024) identificam crescimento e adensamento da produção normativa da Receita Federal, com implicações para os custos de conformidade tributária. Nesse cenário, a formação contábil assume relevância ao preparar profissionais para compreender exigências, analisar informações e orientar contribuintes. A graduação constitui, assim, um espaço de articulação entre conhecimentos tributários, comunicação e responsabilidade profissional.

Nesse contexto, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por meio da Escola Superior de Ciências Sociais (ESO), desenvolveu o projeto Domando o Leão, na modalidade Gratificação de Produtividade Acadêmica (GPA). A iniciativa reuniu capacitação no ambiente Moodle e participação em plantões de orientação em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas (CRCAM). A aproximação entre estudantes, universidade e comunidade dialoga com a concepção de interação social estabelecida pelas diretrizes nacionais da extensão na educação superior (Brasil, 2018).

A experiência analisada compreende a capacitação realizada entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026 e a atuação nos plantões do IRPF 2026, relativo ao ano-calendário 2025. Esse recorte corresponde às atividades apresentadas no registro institucional do projeto Domando o Leão — IRPF Biênio 2024/2025 (Kruger, 2026).

A pesquisa parte da seguinte questão: de que maneira a experiência do projeto Domando o Leão articulou a capacitação em IRPF de estudantes de Ciências Contábeis da UEA à aplicação dos

conhecimentos no atendimento à comunidade? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições dessa articulação para a formação contábil e para a oferta de orientação fiscal.

Os objetivos específicos são: a) caracterizar a organização e o alcance da formação teórico-prática em IRPF; b) examinar as oportunidades de mobilização dos conhecimentos na seleção e na atuação dos estudantes; e c) analisar o alcance dos atendimentos e a avaliação da experiência por estudantes e usuários. Esses objetivos orientam a discussão, permitindo relacionar os registros de execução às possibilidades formativas e sociais da iniciativa.

A justificativa teórica está na análise situada da relação entre conhecimento tributário e formação profissional. Ao aproximar a complexidade da conformidade fiscal das oportunidades de aprendizagem, o estudo contribui para discutir como conteúdos tributários se tornam experiências de formação. As diretrizes curriculares de Ciências Contábeis oferecem o marco institucional dessa discussão, enquanto Savery (2006) fundamenta a importância de integrar investigação, conhecimentos e resolução de problemas em propostas centradas no estudante (Brasil, 2024).

A justificativa prática reside na sistematização de uma experiência de capacitação e atendimento que oferece subsídios para o planejamento de iniciativas semelhantes. A justificativa social relaciona-se à oferta de orientação fiscal em espaços de acesso à comunidade, aproximando o conhecimento universitário das necessidades dos contribuintes. Essa articulação converge com a compreensão da extensão como processo de interação entre instituição e sociedade e como oportunidade de formação vinculada a demandas sociais (Brasil, 2018).

A justificativa pessoal decorre da atuação do pesquisador como professor do curso de Ciências Contábeis da UEA e responsável pelo projeto. A experiência docente motiva a construção de oportunidades em que os estudantes relacionem os conteúdos acadêmicos a situações da atuação contábil. O envolvimento com a formação dos futuros profissionais e com a orientação à comunidade fundamenta o interesse em sistematizar a experiência e discutir suas contribuições para o ensino da área tributária.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. IRPF e Educação Fiscal

O IRPF corresponde à tributação da renda e dos proventos das pessoas físicas, observadas as hipóteses e condições legais. O Código Tributário Nacional vincula o fato gerador à aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, entendida como produto do capital, do trabalho ou de sua combinação, e de proventos que representem outros acréscimos patrimoniais. Essa definição diferencia renda de simples movimentação financeira e oferece um fundamento para a interpretação dos fatos apresentados pelo contribuinte (Brasil, 1966).

O tributo e a declaração são objetos relacionados, mas distintos. A obrigação principal envolve o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária; a acessória compreende deveres instrumentais previstos na legislação tributária. Consequentemente, declarar não significa necessariamente apresentar imposto a pagar, assim como retenções durante o ano não resolvem, isoladamente, a análise da obrigação de declarar. Essa distinção é relevante para evitar que o

ensino do IRPF reduza todos os seus procedimentos ao preenchimento da declaração anual (Brasil, 1966).

A Declaração de Ajuste Anual reúne informações que permitem o ajuste da tributação abrangida por esse regime, considerando rendimentos, deduções admitidas e antecipações. Seu preenchimento também envolve informações patrimoniais e categorias submetidas a tratamentos diferentes. A Receita Federal organiza orientações sobre obrigatoriedade, rendimentos, deduções, bens, dívidas e situações especiais em seu material de perguntas e respostas. Para fins formativos, a consulta deve observar o exercício correspondente, pois parâmetros e regras não podem ser transportados automaticamente entre campanhas (Receita Federal do Brasil, 2026).

A distinção entre ano-calendário e exercício integra a compreensão do processo declaratório. O ano-calendário corresponde ao período dos fatos e informações declarados, enquanto o exercício identifica a campanha de apresentação da declaração. No IRPF 2026, a referência é o ano-calendário 2025. O domínio dessa relação temporal orienta a seleção dos documentos, a consulta às regras aplicáveis e a organização das informações pelo contribuinte e pelo profissional que o auxilia (Receita Federal do Brasil, 2026).

A importância do IRPF também se relaciona ao financiamento estatal e ao debate sobre justiça tributária. A progressividade e a consideração da capacidade econômica do contribuinte permitem discutir o vínculo entre tributação e distribuição dos encargos públicos. Na formação contábil, esse debate amplia o conteúdo técnico para incluir a compreensão dos fundamentos que legitimam

a exigência tributária e dos direitos que limitam sua aplicação (Brasil, 1988).

A educação fiscal aproxima a compreensão das obrigações tributárias do conhecimento sobre direitos e participação social. Em atividades universitárias de orientação, essa dimensão pode ser trabalhada por meio da explicação dos procedimentos, do esclarecimento sobre documentos e da comunicação sobre os fundamentos da tributação. O atendimento torna-se, desse modo, uma oportunidade de circulação do conhecimento e de diálogo entre universidade e comunidade, em consonância com a perspectiva formativa da extensão (Brasil, 2018).

2.2. O Contador Como Mediador do Conhecimento Tributário

A contribuição do contador no IRPF envolve interpretar documentos, organizar informações e comunicar as consequências das alternativas permitidas. Essa mediação é particularmente relevante quando o contribuinte tem dificuldade para relacionar uma situação pessoal às categorias utilizadas pela administração tributária. Diante dos custos de conformidade discutidos por Gomes e Seixas (2024), o domínio da fonte normativa e a capacidade de explicar sua aplicação constituem dimensões complementares da orientação profissional.

O uso de sistemas digitais acrescenta exigências de verificação e julgamento. A existência de informações previamente disponibilizadas não dispensa a conferência da documentação ou a análise de sua pertinência. Na perspectiva do ensino, isso significa formar o estudante para justificar o tratamento dado a uma informação e reconhecer quando precisa consultar fonte oficial ou

buscar apoio técnico. O recurso tecnológico integra o procedimento, mas a responsabilidade pela consistência das informações exige análise do caso (Receita Federal do Brasil, 2026).

Essa atuação precisa observar competência, diligência e confidencialidade, princípios relacionados ao Código de Ética Profissional do Contador. Em ações com estudantes, a formação ética abrange reconhecer os limites de sua atuação e tratar com cuidado os dados pessoais e financeiros apresentados pelos usuários. O atendimento deve ser organizado como espaço de aprendizagem responsável, em que dúvidas e situações complexas sejam encaminhadas de modo compatível com a capacidade técnica disponível (Conselho Federal de Contabilidade, 2019).

A comunicação integra a qualidade da orientação contábil ao tornar compreensíveis os procedimentos e seus fundamentos. A escuta da demanda, o esclarecimento dos termos tributários e a explicação dos encaminhamentos aproximam o conhecimento especializado das necessidades do usuário. Na formação dos estudantes, essas situações oferecem oportunidades para exercitar a linguagem profissional, a organização do raciocínio e a responsabilidade na prestação de informações.

A importância do contador também se expressa na orientação para a tomada de decisões e para a organização das informações do contribuinte. Sua contribuição especializada reúne análise, segurança técnica e comunicação, valorizando a participação do usuário no processo declaratório. No ambiente universitário, o contato com essas atribuições ajuda o estudante a compreender a amplitude da atuação contábil e o compromisso social associado à profissão (Conselho Federal de Contabilidade, 2019).

2.3. Qualificação dos Estudantes e Aprendizagem na Prática

A capacitação em IRPF integra conhecimentos presentes em diferentes componentes da formação contábil. A interpretação de rendimentos e patrimônio mobiliza conteúdos contábeis, tributários e tecnológicos, enquanto a orientação ao usuário envolve comunicação e responsabilidade profissional. As Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Contábeis constituem o marco educacional para discutir a integração desses conhecimentos na preparação dos futuros profissionais (Brasil, 2024).

A aprendizagem baseada em problemas oferece uma referência para compreender a aproximação entre conhecimento e situações concretas. Savery (2006) caracteriza essa abordagem pela centralidade do estudante e pela integração entre investigação e aplicação de conhecimentos na elaboração de respostas a problemas. Aplicada ao ensino tributário, tal perspectiva favorece atividades em que seja necessário identificar informações faltantes, consultar fontes e justificar uma decisão, em lugar de apenas repetir uma sequência operacional.

A aprendizagem baseada em problemas e o brainstorming compõem a proposta pedagógica do projeto Domando o Leão (Kruger, 2026). A primeira oferece uma referência para organizar a aprendizagem em torno da interpretação e resolução de situações; o segundo favorece o levantamento de ideias e possibilidades de encaminhamento. No ensino do IRPF, sua articulação permite discutir relações entre fatos, documentos e alternativas de tratamento tributário, aproximando os conteúdos das exigências de análise presentes na prática profissional.

A formação virtual reúne materiais, videoaulas e avaliações em uma sequência que permite o estudo organizado dos conteúdos. Sua articulação com atividades práticas cria um percurso entre o contato inicial com conceitos, a realização de exercícios e a mobilização dos conhecimentos em situações de atendimento. Nesse percurso, o ambiente digital funciona como suporte à formação, enquanto as demandas da comunidade oferecem contextos para relacionar os temas estudados à atuação contábil.

A interação com a comunidade amplia o sentido social do conhecimento contábil ao aproximar os estudantes de demandas de documentação, interpretação e comunicação. O encontro com situações concretas oferece referências para compreender a utilidade dos conteúdos estudados e as responsabilidades envolvidas na orientação tributária. Essa relação entre formação e necessidades sociais converge com a concepção de extensão como processo integrado ao ensino e à pesquisa (Brasil, 2018).

3. METODOLOGIA

3.1. Delineamento e Classificação da Pesquisa

O estudo caracteriza-se como relato de experiência de uma ação formativa e de atendimento à comunidade. Conforme as dimensões metodológicas apresentadas por Kruger (2023), a pesquisa é aplicada quanto à natureza, exploratório-descritiva quanto aos objetivos e mista quanto à abordagem. O componente quantitativo compreende contagens, proporções e médias de satisfação; o componente qualitativo contempla a interpretação da organização pedagógica e da articulação entre os conhecimentos tributários e sua aplicação nos plantões.

Os procedimentos do estudo compreendem pesquisa bibliográfica e documental, articuladas à sistematização da experiência docente. A pesquisa bibliográfica fundamenta os conceitos e as relações discutidas, enquanto a documental reúne as informações sobre organização e resultados do projeto. A iniciativa foi estruturada com orientação de pesquisa-ação, associando capacitação, intervenção e avaliação, e incorporou levantamento de satisfação de estudantes e atendidos (Kruger, 2026). A classificação e a organização desses procedimentos seguem a distinção entre natureza, objetivos, abordagem e estratégias apresentada por Kruger (2023).

3.2. Contexto e Fontes de Informação

A unidade de análise é o projeto Domando o Leão, desenvolvido no curso de Ciências Contábeis da UEA, na ESO. O recorte temporal abrange a formação realizada entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026 e os plantões relacionados ao IRPF 2026. O pesquisador participou da experiência como professor responsável pelo projeto, articulando a proposta formativa à atuação dos estudantes e à orientação oferecida à comunidade.

A fonte documental principal é o banner institucional do projeto apresentado no 5º Encontro Anual de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da UEA. O documento reúne as etapas de execução, os conteúdos dos dez módulos, os locais de atendimento e os indicadores de participação, conclusão, seleção, atendimento e satisfação. Os registros visuais da videoaula e da ação de orientação também integram o material utilizado na apresentação da experiência (Kruger, 2026).

A pesquisa bibliográfica contemplou fontes oficiais e publicações acadêmicas relacionadas ao IRPF, à atuação profissional contábil e à aprendizagem aplicada. Foram utilizados legislação, orientações da Receita Federal, normativas educacionais, o Código de Ética Profissional do Contador e estudos sobre conformidade tributária e aprendizagem baseada em problemas. A seleção foi orientada pela pertinência dos conteúdos aos objetivos da pesquisa e aos eixos de análise.

3.3. Participantes e Etapas da Experiência

A experiência envolveu 132 estudantes participantes da capacitação, dos quais 110 concluíram os dez módulos. Após a avaliação de conhecimentos, dez estudantes foram selecionados para atuar nos plantões. O atendimento aos servidores da UEA e à comunidade totalizou 250 registros. Esses grupos correspondem às etapas de formação, seleção e prestação de orientação que compõem o percurso do projeto (Kruger, 2026).

A experiência foi organizada em cinco etapas: capacitação; avaliação de conhecimentos e seleção; atendimento a servidores e à comunidade; pesquisa de satisfação; e análise, ajustes e produção científica. O curso ocorreu no Moodle, com videoaulas e testes em dez módulos. Os atendimentos integraram o Plantão Tira-Dúvidas IRPF 2026, em parceria com o CRCAM, nos formatos on-line e presencial, no Sumaúma Park Shopping, no Parque Municipal do Idoso e no Alvorada Mall em Manaus.

3.4. Organização e Análise dos Dados

Os dados foram organizados em três eixos correspondentes aos objetivos específicos: estrutura e alcance da formação; mobilização

dos conhecimentos na etapa prática; e atendimento e avaliação da experiência. O tratamento quantitativo utilizou estatística descritiva, com apresentação de frequências, proporções e médias. Foram calculadas a taxa de conclusão do curso e as proporções de estudantes selecionados em relação aos participantes e aos concluintes.

As médias de satisfação foram apresentadas na escala original de um a cinco. Os gráficos sintetizam os indicadores de conclusão e satisfação, enquanto o quadro de módulos sistematiza os conteúdos da capacitação. A interpretação qualitativa relacionou a sequência das atividades e os resultados aos conceitos do referencial teórico, articulando formação tributária, mediação profissional e interação com a comunidade.

A apresentação dos resultados utiliza dados agregados de participação e atendimento. As imagens reproduzidas correspondem aos registros institucionais da formação e da ação de orientação. A análise concentra-se na organização pedagógica, no percurso dos participantes e nos indicadores de execução do projeto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Organização e Alcance da Formação Teórico-Prática

A formação teórico-prática alcançou 132 estudantes e foi desenvolvida em dez módulos, entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026. Os conteúdos abrangeram desde os fundamentos do IRPF até os procedimentos de revisão e retificação, compondo uma sequência dedicada à compreensão e à operacionalização do processo declaratório. Essa organização oferece uma visão integrada

dos conhecimentos mobilizados na orientação ao contribuinte (Kruger, 2026).

Quadro 1. Sequência dos módulos da capacitação

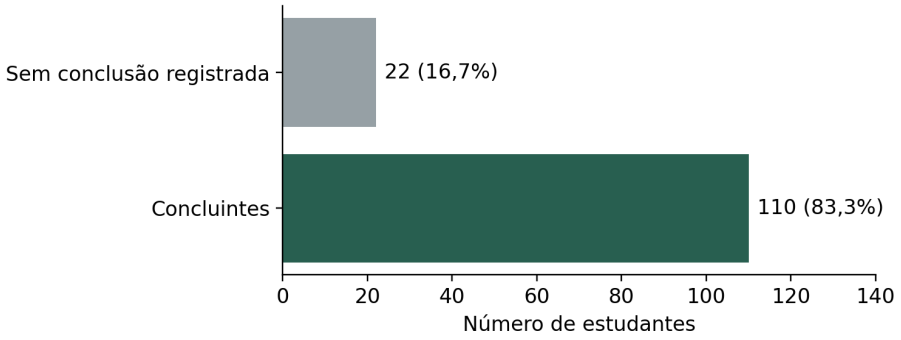
N°	**Conteúdo**
1	Fundamentos do IRPF
2	Obrigatoriedade, prazos e penalidades
3	Acesso aos sistemas da Receita Federal
4	Rendimentos tributáveis
5	Rendimentos isentos, não tributáveis e de tributação exclusiva
6	Deduções legais e despesas dedutíveis
7	Bens, direitos, dívidas e ônus reais
8	Dependentes, alimentandos e declaração em conjunto
9	Apuração do imposto, restituição e DARF
10	Revisão, transmissão, recibo, pendências e retificação

Fonte: elaborado a partir de Kruger (2026).

A sequência formativa iniciou pelos fundamentos, pela obrigatoriedade e pelo acesso aos sistemas da Receita Federal, avançando para rendimentos, deduções, patrimônio e relações de dependência. Os módulos finais abordaram apuração, restituição, revisão e transmissão. Essa organização relaciona os conceitos aos procedimentos e acompanha os principais temas tratados nas orientações oficiais sobre a declaração (Receita Federal do Brasil, 2026).

Dos 132 participantes, 110 concluíram a capacitação, correspondendo a 83,3% do grupo. Os demais 22 estudantes representaram 16,7% sem conclusão registrada. O Gráfico 1 apresenta a distribuição entre essas duas situações e permite visualizar o alcance da formação em relação ao conjunto de participantes.

Gráfico 1. Situação de conclusão dos 132 participantes



Fonte: elaboração própria com dados de Kruger (2026).
Percentuais calculados sobre 132 participantes.

A conclusão de 110 estudantes expressa a abrangência do percurso formativo e sua realização pela maior parte dos participantes.

Figura 1. Registro de videoaula da capacitação em IRPF



Fonte: registro reproduzido do banner de Kruger (2026).

A organização em módulos, videoaulas e testes estabeleceu uma base comum de conteúdos para o estudo do IRPF. Em diálogo com

Savery (2006), a articulação dessa base com situações de aplicação oferece condições pedagógicas para relacionar o conhecimento adquirido aos problemas encontrados no exercício profissional.

A videoaula apresentada na Figura 1 ilustra o uso de recursos audiovisuais na abordagem dos conteúdos. O ambiente Moodle reuniu os materiais e os testes dos módulos, compondo o espaço virtual da capacitação. Essa estrutura permitiu organizar os temas em uma sequência de estudo e estabelecer uma etapa de preparação anterior à participação nos plantões.

Quanto ao primeiro objetivo específico, a experiência revela uma formação estruturada em torno dos principais temas do IRPF, com alcance de 132 participantes e conclusão de 110 estudantes. A organização curricular e o uso do ambiente virtual constituíram a base da capacitação que antecedeu a etapa de atendimento, vinculando estudo conceitual e preparação para a prática.

4.2. Seleção e Oportunidades de Mobilização dos Conhecimentos

A passagem da capacitação à atuação nos plantões ocorreu por meio de avaliação de conhecimentos e seleção de dez estudantes. Esse grupo correspondeu a 9,1% dos concluintes e a 7,6% dos participantes iniciais. A composição da equipe estabeleceu uma etapa específica de aplicação dos conhecimentos no contato com servidores e com a comunidade.

A avaliação de conhecimentos integrou a organização da equipe destinada aos plantões e relacionou a etapa formativa às demandas de atendimento. No campo contábil, a preparação para orientar contribuintes envolve domínio técnico e responsabilidade na comunicação das informações. A realização dessa etapa dialoga

com os princípios de competência e diligência presentes no Código de Ética Profissional do Contador (Conselho Federal de Contabilidade, 2019).

A articulação entre curso e plantão colocou os conteúdos tributários em relação com situações de orientação ao público. Nesse contexto, o conhecimento sobre rendimentos, deduções e patrimônio compõe a base para interpretar demandas e explicar procedimentos. A experiência aproxima-se da integração entre teoria e prática discutida por Savery (2006), ao oferecer um espaço em que os conhecimentos estudados podem ser mobilizados em resposta a problemas concretos.

A organização do projeto reuniu dois espaços formativos complementares: o curso virtual, destinado ao conjunto de participantes, e os plantões, com a atuação da equipe selecionada. O primeiro sistematizou os conteúdos; o segundo aproximou a formação das condições de atendimento. Essa composição ajuda a compreender a capacitação como um percurso que articula estudo, avaliação e oportunidades de aplicação profissional.

Em relação ao segundo objetivo específico, a experiência evidencia a criação de oportunidades de mobilização dos conhecimentos por meio da participação de estudantes nos plantões. A transição entre formação e atendimento constitui o vínculo central dessa etapa, aproximando os temas do curso das exigências de orientação, comunicação e responsabilidade presentes na atividade contábil.

4.3. Alcance dos Atendimentos e Avaliação da Experiência

Os atendimentos foram realizados no Plantão Tira-Dúvidas IRPF 2026, em parceria com o CRCAM, nos formatos on-line e presencial.

As ações presenciais ocorreram no Sumaúma Park Shopping, no Parque Municipal do Idoso e no Alvorada Mall. A utilização desses espaços ampliou os pontos de contato entre a iniciativa universitária e o público interessado em orientação sobre o IRPF (Kruger, 2026).

Figura 2. Registro do professor e alunos na ação de orientação sobre IRPF

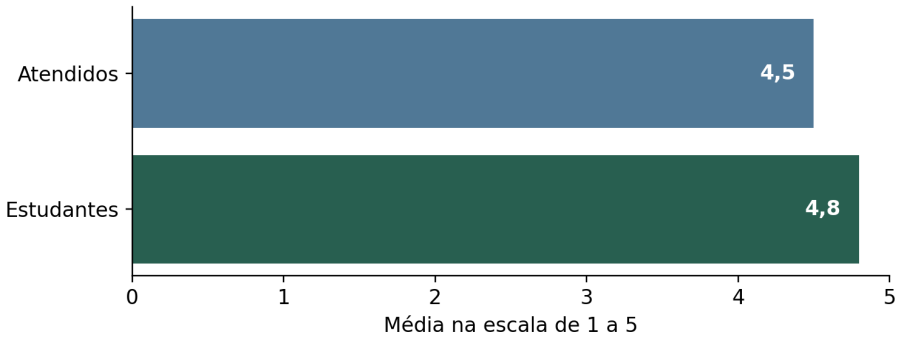


Fonte: banner de Kruger (2026) e acervo próprio do autor.

O projeto registrou 250 atendimentos a servidores e integrantes da comunidade. Esse volume expressa a dimensão operacional da ação e a utilização da orientação oferecida nos plantões. A participação em espaços externos à universidade e em ambiente on-line vinculou a experiência de formação a diferentes possibilidades de acesso ao serviço (Kruger, 2026).

A aproximação entre estudantes e público atendido dialoga com a interação entre universidade e sociedade prevista nas diretrizes da extensão (Brasil, 2018). A orientação fiscal oferece um tema concreto para essa relação, pois envolve dúvidas e procedimentos associados à vida dos contribuintes. Na experiência, o conhecimento contábil circulou em uma ação de atendimento organizada em parceria com o conselho profissional.

Gráfico 2. Médias de satisfação informadas no banner



Fonte: elaboração própria com dados de Kruger (2026). Escala de um a cinco sendo 1 “muito insatisfeito” e 5 “extremamente satisfeito”.

A avaliação da experiência apresentou média de 4,8 entre estudantes e de 4,5 entre atendidos, em escala de um a cinco. Os dois indicadores situaram-se próximos ao limite superior da escala, expressando apreciação favorável da participação e do atendimento. O Gráfico 2 sintetiza essas avaliações, preservando a identificação dos dois públicos consultados.

A satisfação dos estudantes acrescenta à análise a perspectiva de quem participou da formação, enquanto a avaliação dos atendidos reúne a percepção do público que utilizou a orientação. Considerados em conjunto, os indicadores mostram receptividade à experiência nos dois grupos e complementam os dados de participação e atendimento. Essa leitura situa a avaliação como parte do acompanhamento da ação educativa e do serviço oferecido.

A oferta de orientação também pode ser compreendida à luz da discussão sobre custos de conformidade tributária. Gomes e Seixas (2024) relacionam a produção normativa às exigências enfrentadas pelos contribuintes para cumprir obrigações. Nesse contexto, os plantões constituem um espaço de mediação entre conhecimento

tributário e demanda social, no qual a universidade e o conselho profissional aproximam a orientação especializada do público.

O terceiro objetivo específico foi contemplado pela análise do alcance dos plantões e das avaliações dos participantes. Os 250 atendimentos e as médias de satisfação compõem um panorama da execução e da receptividade da iniciativa. Esses resultados vinculam a dimensão social da ação à experiência formativa dos estudantes, articulando orientação fiscal e contato com a comunidade.

4.4. Síntese das Contribuições e Implicações para a Continuidade

A análise integrada dos três eixos mostra que o projeto reuniu uma sequência de formação, seleção e atendimento. O curso sistematizou os conhecimentos de IRPF; a avaliação organizou a participação na etapa prática; e os plantões constituíram o espaço de orientação à comunidade. A relação entre essas etapas responde ao objetivo geral ao evidenciar como a capacitação foi articulada à aplicação dos conhecimentos e à prestação de serviço.

A contribuição formativa da experiência está na aproximação entre conteúdos tributários e situações de atuação contábil. A orientação oferecida nos plantões conferiu uma finalidade social aos temas estudados, enquanto o curso constituiu a preparação para essa participação. Essa relação dialoga com a integração entre conhecimento e resolução de problemas discutida por Savery (2006) e com a interação entre formação e sociedade proposta por Brasil (2018).

A continuidade da iniciativa pode preservar essa articulação entre curso e plantões, acompanhando as orientações oficiais de cada exercício do IRPF. A atualização dos conteúdos mantém a relação

entre os temas estudados e as regras aplicáveis ao atendimento. Nesse processo, a experiência acumulada oferece referências para o planejamento da capacitação e da organização das equipes nas edições seguintes (Receita Federal do Brasil, 2026).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa respondeu à questão proposta ao evidenciar que o projeto Domando o Leão articulou capacitação em IRPF e atendimento à comunidade por meio de um percurso de formação virtual, avaliação de conhecimentos, seleção e participação em plantões. A sequência de atividades aproximou conteúdos da graduação de situações de orientação fiscal, vinculando a preparação dos estudantes à função social do curso de Ciências Contábeis da UEA.

O objetivo geral foi atingido pela análise das contribuições dessa articulação para a formação contábil e para a oferta de orientação fiscal. Os objetivos específicos foram contemplados pela caracterização dos dez módulos e de seu alcance, pela análise da passagem entre curso e plantões e pela discussão dos atendimentos e das avaliações. A experiência reuniu 132 participantes, 110 concluintes, dez estudantes selecionados e 250 atendimentos, com médias de satisfação de 4,8 entre estudantes e de 4,5 entre atendidos.

A contribuição teórica consiste em relacionar a formação tributária à mediação profissional e à interação entre universidade e sociedade em uma experiência situada. A análise evidencia a complementaridade entre organização conceitual, recursos digitais

e oportunidades de aplicação, oferecendo elementos para discutir a qualificação em IRPF no ensino de Ciências Contábeis.

A contribuição prática reside na sistematização de um percurso de capacitação e atendimento que pode orientar novas iniciativas. A organização dos conteúdos em módulos, a avaliação de conhecimentos e a participação em plantões oferecem referências para o planejamento de ações que integrem formação acadêmica e orientação ao contribuinte. A parceria com o CRCAM também constitui um elemento de aproximação entre universidade, profissão e comunidade.

As limitações do estudo relacionam-se à utilização de indicadores agregados e ao recorte de uma única experiência institucional. Esses dados permitem descrever a execução e a satisfação, mas restringem a análise de diferenças individuais de aprendizagem, perfis dos usuários e efeitos posteriores dos atendimentos. A investigação de tais dimensões poderá ampliar a compreensão dos resultados formativos e sociais da iniciativa.

Pesquisas futuras podem acompanhar o desempenho dos estudantes antes e depois da capacitação, examinar sua trajetória profissional e investigar a compreensão dos usuários após o atendimento. Estudos entre diferentes edições e modalidades de oferta também podem contribuir para aperfeiçoar a organização do curso e dos plantões. Essas possibilidades dão continuidade à integração entre formação contábil, educação fiscal e orientação à comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Brasília, DF: CNE, 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/pnld/legislacao/30000-uncategorised/91201-resolucoes-ces-2024. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 49–50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira/rces007_18.pdf/view. Acesso em: 8 nov. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019.** Aprova a NBC

PG 01 — Código de Ética Profissional do Contador. Brasília, DF: CFC, 2019. Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pg-geral/. Acesso em: 8 nov. 2026.

GOMES, Lucas Thevenard; SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro. A evolução da produção normativa da Receita Federal do Brasil (1988–2020): análise empírica e implicações regulatórias. **Revista Direito GV,** São Paulo, v. 20, e2414, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6172202414.

KRUGER, Juliano Milton. **Domando o Leão — IRPF Biênio 2024/2025.** Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2026. 1 banner. 5º Encontro Anual de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da UEA.

KRUGER, Juliano Milton. **Metodologia da pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada.** 1. ed. Curitiba: Bagai, 2023. DOI: https://doi.org/10.37008/978-65-5368-212-2.03.04.23. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/725692. Acesso em: 8 nov. 2026.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Imposto sobre a renda — pessoa física: perguntas e respostas: exercício de 2026, ano-calendário de 2025.** Brasília, DF: RFB, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/perguntas-e-respostas/dirpf/p-r-irpf-2026-v1-00-2026-04-23.pdf/view. Acesso em: 8 nov. 2026.

SAVERY, John R. Overview of problem-based learning: definitions and distinctions. **Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning,** v. 1, n. 1, p. 9–20, 2006. DOI: https://doi.org/10.7771/1541-5015.1002. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/ijpbl/vol1/iss1/3/. Acesso em: 8 nov. 2026.

[1] Possui estudos pós-doutorais na área de Economia da Inovação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutor em Ciências da Administração pela Universidade do Minho (Portugal) e Doutor em Ciências da Educação pela UNADES (Paraguai). Mestre em Gestão pela Universidade de Coimbra (Portugal) e Mestre em Ciências da Educação pela UNADES (Paraguai). Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Licenciatura em Matemática (FIAR). É professor efetivo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), atuando no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão acadêmica. Desenvolve estudos nas áreas de Administração, Contabilidade, Educação, Empreendedorismo, Inovação, Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional, com ênfase em contextos amazônicos. Atua também como consultor de negócios. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.